



Resistência Camponesa

Jornal da Luta Combativa
dos Camponeses Pobres

Número 19

Novembro/2011

www.resistenciacamponesa.com

Valor: R\$ 1,00

Defender e apoiar a posse pelos camponeses da fazenda Santa Elina



Manifestação nas ruas de Corumbiara - 9 de agosto de 2011

**A luta camponesa se prepara
para entrar numa nova etapa**

Leia mais - pág. 18



Camponeses celebram Corte Popular em Jacinópolis - 2009

Nesta edição:

Notícias da luta camponesa	04
Camponeses do Canaã resistem ao despejo	06
LCP celebra 9 de agosto vermelho em Corumbiara	10
Incra e ouvidoria agrária querem despejar famílias	12
Prefeitura fecha escola na área Zé Bentão	14
Festa do dia das crianças une ainda mais os camponeses.....	16
População de Buritis se levanta contra perseguições do IBAMA	20

O povo quer terra, não repressão!

Editorial

A grave crise econômica que se arrasta desde 2008 e que tem os Estados Unidos como centro, é a base sobre a qual está se desenvolvendo uma situação revolucionária no mundo. Rebeliões varrem o norte da África e Oriente Médio. Inglaterra, França, Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal e Itália (Europa) foram palco da justa rebelião popular, com grandes protestos de imigrantes e juventude. Nos Estados Unidos gigantescas manifestações contra perdas salariais e desemprego. Na América Latina o povo em luta desmascara as gerências oportunistas ditas de "esquerda" na Bolívia, Chile, Argentina, Venezuela e Brasil.

É a crise do imperialismo. Para tentar contorná-la, as potências lançam mais e mais agressões aos povos e nações oprimidas e aumentam o saque de suas riquezas naturais e mão de obra barata. Só que ao fazerem isso, elevam ainda mais as contradições e mais povos se levantam em lutas. Estados Unidos, Rússia, China, Alemanha e França iniciam os preparativos para uma terceira guerra mundial, fazem nova repartilha de territórios como na Líbia, Costa do Marfim, Iraque e Afeganistão.

Os protestos e rebeliões em todo o mundo tendem a crescer, ainda que de forma desigual, e representam o anseio de milhões e milhões de pessoas por um mundo sem miséria, sem exploração e sem opressão. Não são manifestações isoladas. São os povos em luta, clamando por revolução, empurrados pela grave crise do capitalismo.

No Brasil apesar de toda ladainha de que a crise não viria e muita propaganda triunfalista sobre crescimento, o que vemos é o corte brutal de gastos públicos com educação, saúde, reforma agrária, entre outros. Tudo para seguir financiando a monstruosa dívida pública dos Estados Unidos.

Como consequência direta disso tem ocorrido lutas do povo contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho, por moradia, etc. Greves de operários, greves de policiais militares, bombeiros, professores, técnicos, funcionários dos correios, bancários. Também as lutas dos estudantes contra aumento de passagens, ocupações de reitoria e greve nas universidades públicas. Sem falar nas tomadas de terra que nunca cessaram.

Os sintomas da crise podem ser vistos em todas as cidades, grandes e pequenas: desaceleração da economia baseada em financiamentos e créditos, aumento do desemprego, perdas salariais, aumento da inflação, aumento do custo de vida, aumento de impostos, aumento da delinquência e banditismo generalizado.

De fato a situação do país não é o mar de rosa que pintam os políticos e os monopólios de comunicação, mas sim a dura realidade da crise econômica que atinge todo mundo e que no Brasil só pode se agravar dado sua condição de semicolônia exportadora de matérias primas baratas.

No rastro da crise econômica vemos o aprofundamento da crise política do velho Estado. As brigas entre as frações das classes dominantes na disputa pelo poder traz a tona escândalos de corrupção que servem apenas para deslocar um grupo para que outro assumo seu lugar e continue controlando os mesmos esquemas. A corrupção é própria deste sistema, não um privilégio deste ou daquele ministério, deste ou daquele governo. Está em todas as instituições do Estado nos três poderes. Mas o pior crime contra a nação é a entrega das riquezas aos monopólios nacionais e estrangeiros.

É claro que a resposta do velho e podre Estado brasileiro diante da crise que se avizinha é aumentar a repressão a todo e qualquer protesto, criminalizando as lutas do povo. Na questão agrária a gerência Dilma tenta enterrar a luta camponesa deixando claro que não existe plano nenhum para assentar famílias sem terra e que a prioridade é seguir financiando o "agronegócio" exportador. A chamada "reforma agrária do governo" é uma grande farsa que tem se desmascarado cada vez mais para os camponeses pobres. No caso de Rondônia, por exemplo, as famílias que nos últimos anos não esperaram o Incra e resolveram cortar as terras por conta estão vivendo muito melhor, construíram casas, produzem e vivem com fartura e dignidade. Ao contrário, as que vivem enganadas por direções oportunistas e eleitoreiras ligados ao Incra, como MST, Fetagro, etc, seguem em condições miseráveis e vivendo anos debaixo de lona.



Hoje em Rondônia existem cerca de 70 áreas ocupadas, sendo que a maioria está sob ameaça de reintegração de posse. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra as perseguições e assassinatos de camponeses aumentaram nos últimos anos, fruto principalmente do aumento da concentração de terras, principalmente na região norte do país.

A palavra de ordem do movimento camponês mais que nunca é intensificar as tomadas de terra, cortar as terras por conta e entregá-las aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. Fazer a Revolução Agrária em nosso país, destruindo o latifúndio parte por parte, estabelecendo novas relações de produção nas terras tomadas e exercendo o poder político nas áreas em que vivem e trabalham. Este é o único caminho e primeiro passo para construir uma verdadeira e nova democracia em nosso país.

Cartas

Saudações ao jornal Resistência Camponesa e aos seus leitores

Pela primeira vez escrevo uma carta para o jornal Resistência Camponesa para falar o que acho da luta.

No dia 18 de agosto de 2010, cheguei ao acampamento Zé Bentão, que fica na antiga fazenda Santa Elina. Cheguei aqui através da mobilização de um companheiro lá de Espigão D' Oeste. Aqui conheci os companheiros da Liga e outros como eu que estavam acampados. Fiquei em um grupo coletivo de 10 integrantes, participei das assembleias onde aos pouco fui conhecendo o trabalho da Liga. Então descobri a sua importância.

No começo, eu não conhecia o que era a Liga, nem nunca tinha ouvido falar. Quando fui conhecer, me falaram que a Liga era um bando de homens matadores. Mas na convivência com os companheiros, passei a conhecer melhor e vi que o comentário era mentiroso.

Então, comecei a participar mais, participei da horta coletiva, do corte da terra, da cozinha coletiva, da luta pela escola, do curso de formação política feito pela Liga dos Camponeses Pobres e pela Escola Popular.

Através do curso político pude compreender melhor a importância da luta pela terra no nosso país. Cheguei a conclusão que o Estado fala mal da Liga para afastar as

pessoas do caminho mais justo que é o da luta pela terra. Ficamos no acampamento três meses.

Daí foi feito o corte parcial da terra, pelos companheiros e companheiras da LCP. Após o Corte Popular, teve o sorteio dos lotes por grupo de 10 famílias, realizado no dia 25 de setembro de 2010. Peguei um lote na linha Ari Pinheiro.

Depois dessa data nós tivemos várias lutas, várias comemorações nas quais participei com os companheiros. Comecei a participar das reuniões do MFP. Temos travado uma grande luta para construí-lo aqui, contando com o apoio dos companheiros da LCP e da Escola Popular.

Também participei dos levantamentos para as festas e fiz panfletagem, arrecadação, faixas e painéis junto com os companheiros. Uma das festas mais importantes foi a de 1 ano da retomada da antiga fazenda Santa Elina, que agora é a Área Revolucionária Zé Bentão. Estou morando aqui há um ano e quinze dias e gosto muito de estar aqui com os companheiros.

Jabuticaba



Celebração do dia das mães na área Zé Bentão - maio de 2011

Nós, famílias acampadas da linha 2, antiga fazenda Condor, projeto Jacinópolis, denunciemos:

1 - A polícia militar invadiu nossa área queimando barracos, querendo aterrorizar a todos que ali estão. Também levaram motosserras e outros instrumentos de trabalho como foices e enxadas.



2 - Nunca foi apresentado qualquer mandato de busca e apreensão ou ordem judicial, como manda a lei. Ou seja, a PM está agindo de forma ilegal.

3 - Estas ações ocorreram principalmente após o sargento Bedin ter assumido o comando da base em Jacinópolis. O mesmo é conhecido por atuar sempre a favor dos latifundiários e em benefício próprio.

4 - As caminhonetas da polícia também trazem pessoas sem uniforme ou qualquer identificação. Suspeitamos que sejam pistoleiros.

5 - Não somos a favor de invasão de pequenas e médias propriedades que contribuem com o desenvolvimento e progresso da região. A fazenda Condor não é nem uma nem outra e sim uma terra grilada da união de 45 mil

alqueires e improdutivo. Quem se diz o dono é Orlando da Condor. Durante muitos anos ele vendeu autorizações de manejo falsas para serrarias do Buritis, como se a madeira saísse da fazenda. Todos também sabem das propinas que toreros e donos de serrarias pagavam para a polícia ambiental quando esta cuidava da fazenda.

6 - Exigimos respeito, pois foram pessoas como nós que criaram Buritis e Jacinópolis, fazem compras no comércio local e contribuem para gerar empregos nos laticínios, agropecuárias, máquinas de café e outros comércios da cidade.

7 - Que a polícia prenda bandidos e não prejudique quem trabalha de sol a sol na foice, enxada e motosserra para sustentar sua família.

8 - Se continuarmos sendo atacados e se ocorrer um conflito, a culpa será inteiramente da PM.



Leia, divulgue e defenda o jornal

Camponeses de Parecis resistem nas terras

A luta pela terra tem se acirrado nos últimos anos não só em Rondônia, mas em todo o Brasil. O desemprego e a miséria empurram as famílias para tomar terras. No município de Parecis, há mais de 8 anos famílias do acampamento Arraial do Cajueiro lutam pelo sagrado direito a um pedaço de terra para trabalhar e viver dignamente.

No dia 03 de agosto de 2011 dezenas de homens, mulheres e crianças foram despejadas pela 5ª vez e desde esta data estão acampadas às margens da estrada que liga os municípios de Primavera d'Oeste e Parecis.

Em 2003 as famílias tomaram as terras que ficam na linha 65 lote 30A setor 05 gleba Corumbiara, no município de Parecis. Washington Luiz Jarenko é quem se diz dono. Mas as terras são da União, licitadas pelo Incra através de um Contrato de Alienação de Terras Públicas – CATP. Há mais 30 anos o(s) "proprietário(s)" não ocupam, não produzem nada nas terras e não pagam impostos.

O CATP é uma modalidade de contrato que foi instituída pelo governo federal em meados dos anos de 1970 na qual os requerentes tinham prazos e metas a serem cumpridos. Tem-se notícia de que foram licitados cerca de 1,5 milhões de hectares para aproximadamente 1.100 requerentes. A maioria destas terras licitadas não foram efetivamente ocupadas e exploradas. Criou-se uma verdadeira inadimplência pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou pelo simples abandono das áreas.

Vários outros acampamentos e áreas camponesas em conflito hoje em Rondônia estão em terras públicas como estas do acampamento Arraial do Cajueiro.

Oito anos de luta contra latifundiários e Incra

Desde que tomaram as terras, em 2003, os camponeses do acampamento Arraial do Cajueiro foram despejados 5 vezes. Numa das vezes, a Ouvidora Agrária Márcia do Nascimento Pereira (de Porto Velho), o chefe do Incra de Pimenta Bueno Thiago Roberto Ruiz e o representante da ouvidoria agrária Nacional João Batista Caetano estiveram no acampamento acompanhados de vários policiais para pressionar os camponeses a abandonarem o acampamento e irem pra cidade.

O Incra nunca resolve nada para os camponeses. A justiça é sempre rápida para negar os direitos dos camponeses. E assim, o governo Dilma/FMI vai seguindo a receita aplicada por Lula: financiamentos milionários para os latifundiários

do agronegócio e despejos, perseguições, prisões e mortes para os camponeses.

Os camponeses do acampamento Arraial do Cajueiro cansaram de esperar 8 anos debaixo de lona preta, cansaram de acreditar nas falsas promessas do Incra. Organizaram-se recentemente na LCP e estão dispostos a seguir a Revolução Agrária, único caminho para os camponeses brasileiros conquistarem seu sagrado direito à terra.

Camponeses rompem com direção do MST, realizam o Corte Popular e desenvolvem sua produção

A ocupação da fazenda Sol Nascente/Santo Antônio, em Alto Alegre dos Parecis/RO, de suposta propriedade da família Morimoto se deu em 07 de setembro de 1997. Na época os próprios acampados denunciavam que a área de fato pertencia à União e foi grilada pelos fazendeiros, que também são donos de monopólios de comunicação. Uma ordem judicial no mesmo ano despejou o acampamento. Os camponeses acamparam na beira da estrada, onde sofreram nova tentativa de despejo e muita repressão.



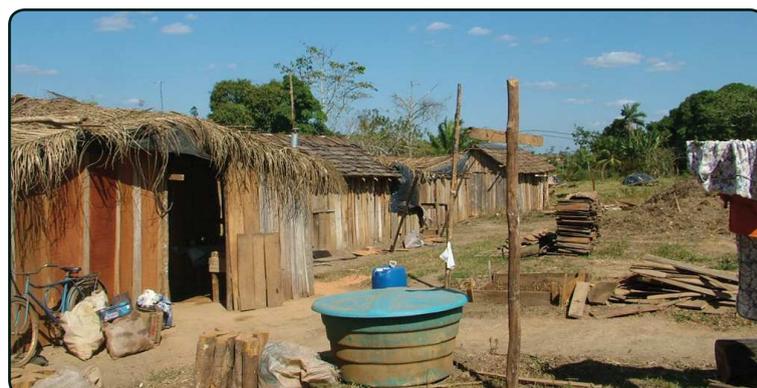
Arraial do Cajueiro: 8 anos em luta pela terra

Retornando à área, inicialmente plantaram 50 alqueires de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças, etc. Em 2005, segundo dados da Conab, já produziam em 160 alqueires, 27% da produção agrícola do município: 36 mil sacas de milho, 26 mil sacas de arroz e 12 mil sacas de feijão. Isso corresponde a 20% do PIB do município.

Em 2005 tinha aproximadamente 500 pessoas: 200 crianças, 60 jovens e 240 adultos, tendo 145 alunos estudando. As terras foram declaradas improdutivas pelo INCRA e o órgão prometeu desapropriar a área.

Em março de 2005 os camponeses foram novamente despejados da área por cerca de 500 policiais militares. Mas os camponeses retornaram mais uma vez e voltaram a produzir.

Em 2008, cansados de esperar pelo INCRA e pelos acordos do MST com o Governo, os camponeses fizeram por conta



Após o Corte Popular camponeses avançam a produção na área Che Guevara

própria o Corte Popular. Dividiram a terra em cerca de 180 lotes, acolhendo outros acampados de áreas do MST que também há anos esperavam debaixo das barracas à beira de estradas.

Os camponeses estão animados com o Corte Popular realizado por suas próprias mãos. Já construíram suas casas e continuam produzindo muito café, milho, amendoim, mandioca, arroz, feijão, etc. Exigem que o INCRA respeite o corte que fizeram.

A área Che Guevara é um exemplo de luta e resistência. Depois de vários despejos os camponeses sempre retornaram à área e nunca se submeteram a ficar acampados à beira de estrada esperando pela falida reforma agrária do INCRA, que sempre foi a orientação da direção oportunista do MST. O povo da área Che Guevara segue organizado e disposto a defender a qualquer custo a posse da terra.

Monopólio dos EUA quer despejar camponeses em União Bandeirantes

Duzentas e quarenta famílias de União Bandeirantes situadas na Linha Ferrugem, Linha Abacaxi, Linha do Contra, Linha 15 de Novembro, Primavera de Maio e Linha Mineiro receberam ordem para desocupar a área em dois meses.

Em 2007 a área já tinha sofrido processos de despejo. Os posseiros que ocupam a área formaram a Associação ASPARA. A informação é de moradores do lugar, que acham que a propriedade da área está sendo reivindicada pela empresa do grupo Sabbá de família israelense e que tem vínculos com a petrolífera estadunidense Shell.

Bando armado despeja 40 famílias e rouba produção em Pimenta Bueno

Novo ato de pistolagem foi realizado no dia 13 de outubro por seis pistoleiros às ordens de Márcio Pesavento, contra 45 famílias de posseiros da Linha 85, Capa 90, Lote 58 Setor 9, situadas na gleba Barão de Melgaço, em Pimenta Bueno. As famílias estavam há quatro anos morando e produzindo na área. Por volta das 22:00 hs, as casas foram queimadas e a produção roubada por seis capangas armados, segundo relato por telefone dos pequenos agricultores que sofreram a violência.

Também informaram que o Incra através do programa Terra Legal tinha realizado o cadastro da área. Outras informações dão conta de se tratar duma área com Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), terra da união que pode ser retomada pelo INCRA, se for confirmado em vistoria que estava abandonada e não tinha cumprido as condições do contrato.

Camponeses do Canaã e Raio do Sol conquistam melhorias em estradas e no transporte escolar

No início do ano, uma comissão de camponeses das áreas Canaã e Raio do Sol esteve na Secretaria de Obras da Prefeitura de Ariquemes exigindo a reforma das estradas. Receberam a resposta de que as máquinas só poderiam começar o trabalho em setembro. Mas o povo já conhece os politiquinhos: marcam setembro, mas só chegam mesmo em outubro ou novembro e aí não podem trabalhar porque já é tempo das águas. Todos sabem que na época da seca, as máquinas da prefeitura estão sempre muito ocupadas nas terras de latifundiários e grandes empresários, pagando o investimento que eles fizeram nas campanhas eleitorais.



Antes da conquista de ônibus novos, as crianças viviam perdendo aula e tinham que voltar a pé para casa, como na foto acima.

Em 2009, os camponeses do Raio do Sol conquistaram o transporte escolar para suas crianças depois que pressionaram a prefeitura trancando o ônibus dentro da área. Em abril deste ano, um camponês do Canaã teve a idéia de fazer o mesmo. Discutiu com outros moradores que deram total apoio e então ele começou a correria para mobilizar. Passou de casa em casa no Canaã, Raio do Sol e mais 2 linhas vizinhas. Também mandou recado para um assentamento mais longe.

Bem cedo, no dia seguinte, os camponeses impediram os 2 ônibus de sair. Os motoristas apoiaram a luta,

pois eles sofriam junto com as crianças todos os dias. Dois camponeses foram até a escola, passaram nas salas e explicaram os motivos da luta para os alunos e professores. Estes tinham recebido a informação falsa de que os motoristas estavam amarrados, mas depois que conversaram com os camponeses, passaram a apoiar a luta. Uma professora ajudou a convencer um motorista de outra linha, dizendo: "Não podemos ir contra o povo, pois eles estão querendo o melhor para nós. Ou você prefere continuar trabalhando num ônibus velho em estradas esburacadas?"

Os camponeses ligaram pro diretor da escola e avisaram: "Os ônibus estão trancados e dispensamos todas as aulas. Não vamos parar enquanto não conseguirmos a reforma das estradas e ônibus novos." Esta era a outra reivindicação das famílias, pois os escolares eram velhos e viviam quebrando. Os alunos perdiam aula, passavam fome na estrada esperando o ônibus ser consertado ou tinham que andar vários quilômetros, às vezes até de noite.

O diretor transmitiu o recado ao secretário de obras. Os dois se reuniram com os camponeses que estavam junto aos ônibus.

Ao todo, o movimento durou 2 dias e reuniu mais de 70 camponeses. Enquanto um grupo vigiava os escolares, outro arrecadava ingredientes para as refeições. Enquanto uns cortavam a lenha, outros limpavam os frangos e até um porco doado por um morador. Com união, organização e combatividade os camponeses conquistaram o cascalhamento e terraplanagem das estradas e dois ônibus novos. Ainda conseguiram a reforma das estradas de duas linhas vizinhas.

A mobilização e organização dos camponeses não foi suficiente para garantir a fiscalização de toda a obra. Onde os camponeses não acompanharam, a obra ficou mal feita. Foi uma lição: com os politiqueiros temos que dormir com um olho fechado e o outro aberto, não podemos confiar.

com uma comissão de dois bem vestidos conversando amigavelmente com os politiqueiros. Pressão se faz como os camponeses do Canaã e Raio do Sol fizeram. Se eles tivessem cruzado os braços e esperado a boa vontade do governador, estariam até hoje sem estrada, com escolares velhos e ainda podiam estar despejados.

Camponeses do Canaã resistem ao despejo

Novamente a área Canaã, foi ameaçada de despejo. João Arnaldo Tucci, que se diz dono das terras, entrou com duas ações para despejar as famílias que vivem e trabalham lá desde 2001. Por outro lado, o advogado dos camponeses entrou com recursos para suspender o despejo, mas foi negado pelo juiz de Ariquemes. Também existe uma



Só o povo organizado e em luta pode conquistar seus direitos

Na véspera da luta, à noite, após todos da área e linhas vizinhas estarem avisados, os dirigentes da associação na época mandaram o camponês que fez a convocação desfazer todo o trabalho. Segundo eles, a luta atrapalharia a negociação com o governador sobre o despejo. Eles disseram: "Pra que vocês querem estrada se serão despejados?"



Manifestações pelas ruas de Ariquemes e Jaru.

Eles não se importam porque como não moram na área, só usam as estradas uma vez na vida, outra na morte. Os filhos deles também não sofrem com escolar velho.

Em segundo lugar, é uma grande ilusão achar que eles negociando com o governador vão impedir o despejo. A única língua que vereador, prefeito, deputado ou governador e presidente entendem é a pressão. E pressão não se faz



Uma das assembleias onde se discutiu a resistência ao despejo.



Camponeses do Canaã e Raio do Sol usam máquina pra limpar café.

ação na Justiça Federal em favor do Incra que afirma: as terras do Canaã são públicas, eram improdutivas antes da chegada dos camponeses e os que se dizem donos não cumpriram os termos do CATP – contrato que dava o direito à posse das terras públicas mediante uma série de obrigações. Mas como sempre, a “justiça” é rápida para garantir os direitos de propriedade do latifúndio e lenta para defender o direito à vida e ao trabalho para o povo.

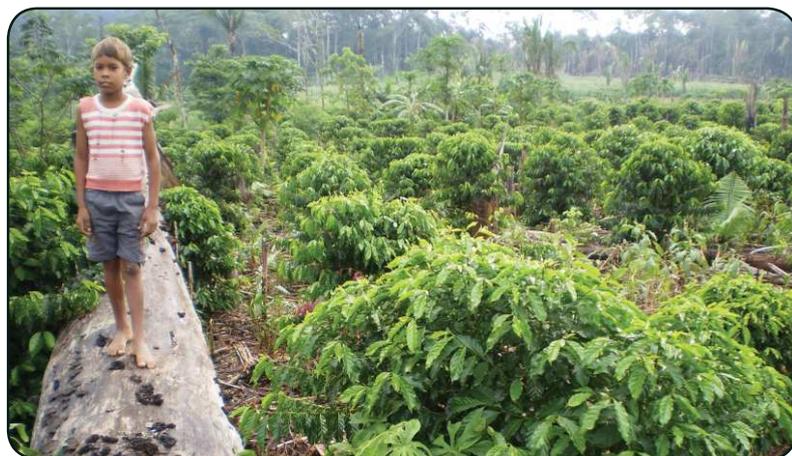
Em julho, os camponeses iniciaram uma série de reuniões e assembleias para traçar um plano de luta, que logo foi colocado em prática. Começou com a decisão: quem não estava morando no seu lote tinha 15 dias de prazo para mudar-se pra lá ou colocar uma família. Em poucos dias o Canaã encheu-se de novos moradores e mais produção. Hoje, são 130 famílias, num total de mais de 400 pessoas, sendo 120 crianças e adolescentes. Lá tem um tanque de resfriamento de leite que manda 550 litros para Jarú e Ariquemes, de dois em dois dias. Um caminhão carregado de banana também sai de lá duas vezes por semana.

Quase todos camponeses participaram das tarefas de segurança, como um ponto de vigia montado numa das entradas, foguetes distribuídos entre moradores e vizinhos para avisar a chegada da polícia,



e uma ponte que foi parcialmente cortada, impedindo a passagem de carros e caminhões.

Ao mesmo tempo, dezenas de camponeses fizeram duas manifestações nas ruas principais de Ariquemes e Jarú, distribuindo panfletos, estendendo faixas, agitando bandeiras vermelhas e gritando palavras de ordem. Eles tiveram a ajuda de um grupo de estudantes do MEPR – Movimento Estudantil Popular Revolucionário de Porto Velho que passaram alguns dias trabalhando no Canaã.



Fotos da produção camponesa.

O morador acima e abaixo entrega produtos de sua horta para um supermercado de Jarú 3 vezes por semana.





Acima: uma das várias moradias do Canaã.
Ao lado: festa surpresa de uma moradora reuniu camponeses do Canaã e Raio do Sol.
Abaixo: moradores do Canaã participam do “Cinema do povo”, em 2009.

As manifestações e entrevistas com moradores foram divulgadas por emissoras de televisão e rádio. Um programa de TV de muita audiência esteve na área e mostrou roças, criações e casas, além de entrevistas com camponeses.

Várias comissões de moradores também se reuniram com Incri, vereadores, deputados, secretarias, ministérios e o governador, em Ariquemes, Porto Velho e até Brasília.

Toda esta luta garantiu que o despejo não acontecesse. Mas as famílias ainda não estão livres deste risco. Assim como o Canaã, várias áreas e acampamentos estão sofrendo com a ameaça constante de serem despejados de suas terras. O principal responsável por esta situação vergonhosa é o governo federal, que não tem plano para assentar famílias camponesas, praticamente zerou os gastos com reforma agrária e ao mesmo tempo, mantém e aprofunda a criminalização dos camponeses que ousam ocupar as terras e resistir.

Lutar contra oportunistas e bandidos

No meio de toda esta luta, os oportunistas que dominavam a associação sumiram do Canaã. Não foi a primeira vez. Sempre que a luta ficava mais tensa eles evaporavam e só apareciam após acalmar. Depois de morta a onça, eles vinham colocar o pé em cima e tirar foto. Sempre foram ferrenhos críticos dos membros da LCP, armando pelas costas, espalhando todo tipo de calúnia e ameaças. Diziam que a Liga só queria dinheiro, mas eram eles que extorquiam o povo. Sempre que alguém vendia o lote, eles corriam para receber uma comissão ilegal e imoral de 5%. Todos sabiam que eles desviavam o dinheiro arrecadado entre os moradores. Vejam no quadro abaixo dois pequenos

Oportunistas da Associação	Comissão de moradores
Mais de 10 mil reais – foi o que pediram para irem em 3 pessoas pra Brasília.	Menos de 5 mil reais – foi o que gastaram 3 camponeses e o advogado em viagem de avião pra Brasília.
1.070 reais – foi o que 3 pessoas gastaram em viagem à Porto Velho, sendo 930 reais de gasolina e 140 reais de almoço.	200 reais – foi o que 6 pessoas gastaram em viagem pra Porto Velho, sendo 140 reais de gasolina e 60 reais de almoço.



exemplos e tirem suas conclusões. Participavam das assembleias armados, mas tinham uma relação amistosa com Edson, um fazendeiro vizinho que roubou 30 alqueires de 10 moradores do Canaã e espalha aos 4 ventos que já ajudou em outros despejos e vai ajudar no próximo.

Os moradores expulsaram estes oportunistas da associação e iniciaram a organização de uma nova diretoria unida aos vizinhos da área Raio do Sol. É uma grande vitória e um grande aprendizado aos camponeses. Sempre na luta popular é necessário unir o povo e combater aqueles que aparecem para tentar viver às suas custas.

Uma observação: a maioria da nova diretoria da associação é de mulheres. Será um desafio, mas representa um grande avanço para luta. É muito importante as mulheres participarem também das tarefas de direção.

Luta por energia

Animados com as recentes vitórias da luta os camponeses do Canaã estão dispostos a lutar mais para conquistarem o direito a luz elétrica. Eles denunciam que uma fazenda vizinha foi beneficiada pelo programa “Luz para todos” e dizem que cobrarão do governo, pois a prioridade deve ser as pequenas propriedades. Enquanto nesta fazenda moram no máximo 15 famílias de funcionários, em volta, centenas de camponeses penam sem energia.

Pistoleiros são presos com armas e munições em Chupinguaia

No dia 02 de agosto, a Polícia Civil de Vilhena encontrou quatro armas de fogo, sendo duas espingardas calibre 20, um rifle 22 com luneta, um revólver calibre 38 e grande quantidade de munições na sede de uma fazenda que fica no local conhecido como Barro Branco, município de Chupinguaia/RO. Na ocasião foram presos Osvaldo Chagas e Elson Martins de Souza apontados por camponeses da região como pistoleiros do latifundiário Ilário Bodanese.

Ilário Bodanese, é proprietário de postos de combustíveis em Vilhena e Candeias do Jamari, já foi secretário do ex-governador e atual senador Ivo Cassol (PP), se diz o dono das terras. Porém cerca de 100 famílias camponesas viviam e produziam na área há mais de 8 anos.



Acima: Ilário Bodanese é acusado por camponeses de contratar pistoleiros.

Ao lado: despejo realizado no Barro Branco

Desde o ano passado denúncias das famílias e da CPT indicavam a existência de bandos armados atuando na região, ameaçando as famílias que ocupavam as terras do Barro Branco. Na mesma época dessas denúncias, ocorreu na região um assassinato ainda não esclarecido.

Nesse ano as famílias foram despejadas de suas terras pelo menos duas vezes, tendo seus barracos, roças e demais pertences completamente destruídos.

No fim do mês de junho, pistoleiros atacaram os camponeses Elias da Silva e José Roberto Rodrigues. Os dois foram alvejados por tiros enquanto pescavam e por sorte conseguiram escapar correndo pra dentro da mata, mesmo com sérios ferimentos.

Segundo relato dos moradores, após esse episódio a polícia militar do distrito de Boa Esperança se deslocou até o local, porém no caminho foram cercados e recebidos a tiros.

Todos esses fatos, e a recente apreensão de armas do latifundiário, só confirmam as denúncias que há muito vem sendo feitas.



Armas apreendidas pela polícia na fazenda de Ilário Bodanese

A utilização de bandos armados a serviço do latifúndio não é novidade em Rondônia. E não é coisa do passado como alguns imaginam. É a realidade atual no campo que só tem se agravado ao longo dos últimos anos com os latifundiários cada vez mais encorajados a combater a luta camponesa.

Nos últimos anos, a falida reforma agrária do governo praticamente não cortou nenhuma terra em Rondônia, enquanto isso o número de camponeses mortos em conflitos agrários só tem crescido ao lado do aumento da criminalização da luta pela terra e do aumento da impunidade aos crimes do latifúndio.



Perseguição e prisão de camponeses no Pará

Cerca de 150 famílias acampadas há mais de 4 anos na fazenda Pioneiro na região de Eldorado dos Carajás foram informadas no dia 10 de agosto numa audiência no Fórum de Marabá que seriam despejados da área em que produzem e trabalham. A área já teria sido vistoriada pelo Inca que chegou inclusive a fazer o cadastramento das famílias. A direção da Fetraf – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar que dirigia o acampamento simplesmente abandonou as famílias.

Após a audiência, quando retornaram para a área os acampados foram surpreendidos por uma força policial e pelo Inca realizando a retirada das famílias e destruindo barracos, casas, pertences e produção.

No mesmo dia o latifundiário Luís Carlos que se diz dono da área colocou vários pistoleiros armados para intimidar os camponeses e impedi-los de retornar às terras. A polícia nada fez.

No dia 9 de outubro as famílias reorganizadas e sem a direção da Fetraf retomaram a área. Novamente foram despejadas no dia 15 de outubro pela polícia militar de Eldorado, que levou preso o líder camponês Alexandre Macedo de Oliveira para a delegacia de Curionópolis sob acusações infundadas.

As famílias exigem a libertação imediata do camponês Alexandre. Toda repressão que estão sofrendo só impulsionará ainda mais a luta por seus legítimos direitos à terra.

LCP celebra 9 de agosto vermelho em Corumbiara

A LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental e o Codevise – Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina organizaram no mês de agosto atividades para celebrar os 16 anos da heroica resistência camponesa de Corumbiara. Durante semanas os camponeses da área Zé Bentão realizaram atividades de divulgação, mobilização, arrecadação, construção e preparação para receber delegações de outras áreas e da região.

Estiveram presentes camponeses de diversas áreas de Rondônia, além de apoiadores da luta camponesa – estudantes, operários, professores, pequenos comerciantes e outros trabalhadores – vindos de Corumbiara, Cerejeiras, Rolim de Moura, Cacoal, Jaru, Ariquemes, Buritis, Porto Velho e dos estados do Pará, Minas Gerais e Paraná. Cerca de 450 pessoas participaram durante os três dias de atividades.

Pela primeira vez, foi realizada uma cerimônia no local onde ficava o acampamento em 1995. No dia 8 pela manhã os participantes tiveram que andar 4 Km para chegar ao local e durante o caminho alguns camponeses relembavam os episódios daquela batalha, pisando o chão regado pelo sangue camponês.



Acima: cerimônia no local da batalha de 1995.

Ao lado: manifestação em Corumbiara - 2011

Quando foram avistadas as bandeiras vermelhas, uma para cada vítima, uma forte emoção encheu os corações de todos. A cerimônia foi iniciada com o hino da luta camponesa "Conquistar a terra".

Depois da leitura de um texto e poesias foram saudados os nomes das vítimas de Santa Elina e em seguida uma salva de foguetes rasgou os céus, somados aos gritos de: "Presente!", "Nem que a coisa engrossa a Santa Elina é nossa!", "Viva os heroicos combatentes de Corumbiara!", "Viva a Revolução Agrária!".

Na segunda-feira à tarde foi realizado um ato para celebrar o aniversário de 1 ano da retomada e conquista das terras

da fazenda Santa Elina pelos camponeses. Após as falas de cada representante foi aberto para intervenções da plenária.

Cultura e integração

Um mural com fotos permitiu aos participantes conhecer um resumo da história da Batalha de Corumbiara, desde 1995 até hoje, com a Área Zé Bentão.

A noite cultural foi aberta pelas crianças alunas da Escola Popular da Área Zé Bentão com uma homenagem à pequena Vanessa, assassinada pela PM de Rondônia na Batalha de 1995 quando tinha apenas 7 anos de idade. Em seguida, foi a vez das mulheres cantarem o hino do MFP "Lutadoras da Revolução".

Depois foram apresentadas duas peças de teatro que ilustravam a luta camponesa. A primeira foi organizada por estudantes da UNIR e a segunda, por camponeses das áreas Canaã e Raio do Sol. Também teve contadores de causos e piadas, uma queima de fogos de artifício e baile de forró, que só foi parar altas horas. Quem esteve presente pôde ainda participar do torneio de futebol e bingo.

Um mar de bandeiras vermelhas pelas ruas de Corumbiara



Os três dias de atividade foram encerrados com uma vigorosa manifestação em Corumbiara, o que já é uma tradição na cidade e na história da LCP. Ao todo mais de 200 pessoas participaram. Camponeses empunhando suas bandeiras e faixas marcharam firmes pelas ruas ao som de músicas de luta, palavras de ordem e das palavras dos participantes que se revezavam no carro de som.

Apesar de elementos oportunistas tentarem atrapalhar



Breve histórico da luta dos camponeses pela posse da fazenda Santa Elina

1995 - No dia 9 de agosto os camponeses protagonizaram uma heroica resistência ao massacre realizado pela polícia militar e bandos armados à mando do latifundiário Antenor Duarte e do então governador Valdir Raupp (PMDB). Onze camponeses assassinados e várias torturas, espancamentos e prisões.



Diante da ocupação da fazenda o MST e Fetagro, negaram apoio aos acampados. A direção do MST delatou o nome de lideranças do acampamento para a polícia.

2001 - Fundado em Corumbiara o CODEVISE – Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina com o objetivo de organizar a luta em torno de tratamento médico, indenização para as vítimas e punição dos responsáveis pelo massacre.

2005 - O Codevise iniciou uma campanha através de entrevistas em rádios, televisão, matérias na imprensa escrita, panfletos, atos públicos e palestras na Universidade Federal de Rondônia e Acre.

2007 - As vítimas ficaram 23 dias acampadas em Brasília. Foram várias reuniões em que ficou acordado a indenização, o corte da fazenda e o reconhecimento do Codevise como representante das vítimas. Mas numa reunião em Ji-Paraná o ministro de direitos humanos Paulo Vanucci passou por cima do que foi acordado e nomeou a Fetagro como intermediadora entre as



a realização das atividades com ameaças, boatos e sabotagens, a celebração do 9 de agosto de 2011 foi uma grande manifestação de força e uma contundente resposta a todos aqueles que vinham criminalizando e difamando a justa luta dos moradores da área revolucionária Zé Bentão.



vítimas e o governo.

2008 - Cansados de esperar pelas promessas dos politiquinhos, no dia 11 de maio de 2008, cerca de 250 pessoas entraram na fazenda.

O Incra utilizou bandidos e algumas "lideranças" escoladas em extorquir e enganar trabalhadores para desmobilizar o acampamento. Diante de todas as denúncias feitas na época e da disposição de luta dos acampados, os bandidos foram expulsos do acampamento.

Em setembro, após meses de provocações e ataques de pistoleiros, as famílias foram despejadas, mas mantiveram-se acampadas no assentamento Adriana. Os bandos armados do latifúndio continuaram os ataques.

Também em 2008, a Corte Interamericana de Justiça da OEA – Organização dos Estados Americanos condenou o governo brasileiro como responsável pelo massacre e indicou a indenização das vítimas.

2010 - Em abril o Codevise apoiado pela LCP iniciou a mobilização para retomar a fazenda, que ocorreu no dia 25 de julho.



A fazenda "Água Viva" foi cortada em mais de 250 lotes de 12 alqueires. Mais de 30% desses lotes foram entregues às famílias vítimas de Santa Elina.

Em dezembro mais de 500 camponeses vindos de várias partes de Rondônia participaram da grande festa do Corte Popular onde as famílias receberam o certificado de posse das terras e aprovaram homenagear o líder camponês Francisco Pereira do Nascimento (Zé Bentão), dando seu nome a área.



Zé Bentão, assassinado em 2008 por bandos armados do latifúndio em Buritis

2011 - O corte popular foi concluído e ampliado. Atualmente a área está cortada em mais de 290 lotes.

Os camponeses persistem firmes na decisão de garantir que o corte realizado seja respeitado pelo Incra e de não arrear pé de dentro da área.

Inkra e ouvidoria agrária querem despejar famílias

Em nota, divulgada em nossa página na internet, o Codevise relatou que, "no dia 18 de agosto de 2011, sem nenhum aviso, chegou até a área revolucionária Zé Bentão (antiga Fazenda Santa Elina), a ouvidora agrária regional, senhora Márcia do Nascimento Pereira, e o delegado agrário recém transferido, Lucas Torres Ribeiro, acompanhados de vários policiais militares fortemente armados e outros à paisana".

Após a inesperada "visita" que se repetiu alguns dias depois, os camponeses informaram que, além da postura intimidatória da comitiva, a ouvidora teria afirmado entre outras coisas que: "o assentamento não pode acontecer com a ocupação e as famílias têm que se cadastrar"; que "somente depois que saírem todas as famílias da área e não houver nenhuma ocupação é que o Incra poderia entrar para fazer o corte da terra"; que "o corte que foi feito não vai ser respeitado. O Incra só reconhece o corte feito por um engenheiro credenciado, não adianta ser topógrafo". E ainda, "só vamos tentar garantir 130 famílias das vítimas na Água Viva e não podemos garantir lotes para 300 famílias".



A ouvidora teria dito ainda que não iriam permitir que permaneça na terra "quem não estiver no perfil de reforma agrária" e que "a justiça é lenta, mas têm que esperar".

Em sua nota o Codevise responde que "já caímos nessa cilada em 2008 quando fomos despejados com a promessa de que em 1 ano seríamos 'assentados', e mais uma vez não cumpriram com suas falsas promessas. E além do mais, boa parte da antiga Santa Elina já está cortada há mais de um ano, e tudo feito com as próprias mãos camponesas e sem precisar de nenhuma família ser despejada".

.....
: Marco utilizado no Corte Popular



Os camponeses organizados pelo Codevise, há 16 anos em luta pela terra, denunciavam essa "prática antiga do Incra e particularmente da senhora Márcia" de "jogar famílias camponesas umas contra as outras", "criar desentendimentos e contradições entre famílias na tentativa de desorganizar e facilitar seu sujo trabalho de enganar e enrolar o povo para no fim conduzir o processo de acordo com objetivos escusos e oportunistas".

Sobre as provocações feitas pelo Incra e pela ouvidora agrária, que insistem em dizer que as terras da Santa Elina seriam direito de outras famílias "cadastradas", os camponeses respondem que "desde que essas famílias estejam realmente dispostas a trabalhar, há ainda muita terra a ser cortada (Fazenda Maranata e Nossa Senhora) e não há nenhum motivo para tirar as famílias que já produzem



na área Zé Bentão sendo que há tanta terra sobrando".

E em relação as afirmações de que a justiça é lenta e é preciso esperar mais, o Codevise é enfático ao afirmar que "francamente, já cansamos de esperar! Já chega! Já são mais de 16 anos de enrolação!"

Acima: plantio de sementes
Ao lado: camponês exhibe fruto de trabalho e luta

Nessa incursão na área Zé Bentão, o delegado agrário, Lucas Torres, além de endossar as palavras da ouvidora agrária, ameaçou os camponeses dizendo que "se fosse preciso iriam 'fazer igual foi feito no Pará', numa alusão a operação militar chamada 'paz no campo', porém mais conhecida entre os camponeses como 'terror no campo'". O resultado de tal operação foram milhares de camponeses despejados de suas terras, diversos casos de agressões e torturas e mais de 12 trabalhadores entre lideranças camponesas e apoiadores identificados e posteriormente assassinados por bandos armados do latifúndio na região.

Os camponeses rechaçam as provocações afirmando que o Incra não cortou terra alguma na última década em todo o cone sul de Rondônia, enquanto, através da luta, os camponeses organizados pelo Codevise, e contando com o apoio da Liga dos Camponeses Pobres - LCP, retomaram as terras da Santa Elina e cortaram a área revolucionária Zé Bentão "em mais de 290 lotes de 12 alqueires, sendo 4 alqueires de cada lote unificados numa área de reserva de mata coletiva. Esses lotes foram entregues às próprias vítimas e seus familiares e às pessoas



que acamparam desde o início da retomada da área por ordem de chegada".



Uma camponesa presente nessa reunião com a senhora Márcia

resumiu bem a realidade: 'Tá vendo aquela faixa Márcia? É a mais pura verdade!' A faixa que ela se referia tinha os seguintes dizeres: 'SÓ A REVOLUÇÃO AGRÁRIA CORTA E ENTREGA A TERRA PARA O POVO!'

E o Codevise acrescenta que "o grande temor do Inkra é de que nosso exemplo se espalhe e as pessoas se dêem conta de que o Inkra e demais instituições do velho Estado não fazem falta alguma se elas tomam seus destinos em suas próprias mãos".

Os camponeses exigem que o Corte Popular seja respeitado e que o restante das terras que antes eram do latifúndio sejam cortadas em outras centenas de pequenas parcelas para que mais famílias tenham acesso à terra.

E mais uma vez reafirmam a decisão de não desocupar as terras:

"Em 1995, nessa mesma área que hoje tomamos posse ocorreu um dos maiores massacres de camponeses no Brasil, como resultado de uma operação da polícia militar juntamente de pistoleiros comandados pelo latifúndio. Aquele dia 09 de agosto de 1995 também entrou para a história como um símbolo da luta camponesa em que a resistência impediu que o massacre fosse maior.

De lá pra cá, já se passaram 16 anos de muita luta e resistência e hoje nosso sonho



Após mais de um ano produzindo nas terras, os camponeses não estão dispostos a perder tudo o que investiram

se tornou realidade. A justiça começou a ser feita. Estamos em cima de nossos lotes, trabalhamos dignamente e tiramos da terra o sustento da nossa família. Temos nossas casas, nossas criações e produção. E não estamos dispostos a perder tudo isso que conquistamos com muito suor e luta.

Não queremos que se repita o 9 de agosto de 1995, mas reafirmamos, que dessa terra não vamos mais sair. Essas terras já foram regadas com o sangue de nossos companheiros e companheiras e estamos dispostos a defender e permanecer nelas custe o que custar!"



Manifestação nas ruas de Corumbiara - 2011



Prefeitura fecha escola na área Zé Bentão

Desde o início do ano de 2011 as famílias que conquistaram um lote e estão morando e produzindo dentro da área revolucionária Zé Bentão tinham uma grande preocupação: como os filhos iam estudar? Para resolver o problema uma comissão de camponeses foi até a prefeitura de Corumbiara e Chupinguaia várias vezes exigir o funcionamento da escola dentro da área. A resposta foi a mesma: "a prefeitura não pode fazer nada porque a área está em litígio".

Cansados de esperar, o povo decidiu iniciar as atividades da escola popular na área Zé Bentão. No dia 10 de maio começaram as aulas das séries iniciais em uma das salas anexas ao barracão da assembleia (antiga sede da fazenda Água Viva).

Os pais e mães organizaram a compra da merenda, arrecadação de materiais didáticos e o transporte. As aulas funcionavam três vezes por semana em período integral. Os que moravam perto vinham andando todos os dias, os de longe vinham a pé ou de moto e ficavam alojados até o último dia de aula.

Mesmo com a escola funcionando sem nenhum apoio das prefeituras os camponeses continuaram insistindo em que os municípios cumprissem com seu papel. Depois de muita promessa e enrolação e diante da persistência dos camponeses, as prefeituras de Corumbiara e Chupinguaia assinaram o compromisso na presença do Ministério Público de garantir o transporte escolar e a escola dentro da área.

O povo reformou a estrada e as pontes com recursos próprios e os ônibus começaram a rodar. As crianças passaram a ter aulas todos os dias da semana. E os alunos das outras séries passaram a ser transportados pra uma linha vizinha. A escola da área Zé Bentão chegou a funcionar com 35 alunos numa única turma multiseriada. E com a perspectiva de crescer ainda mais, já estava sendo necessária a abertura de nova turma.

Parecia que tudo estava resolvido, mas infelizmente só parecia... Depois de demorar meses para colocar os escolares nas linhas, parece que escolheram os piores ônibus. Os alunos perderam semanas seguidas de aulas porque o escolar estava quebrado. Não houve nenhum esforço das prefeituras para substituir os ônibus parados. A professora não foi contratada (mesmo tendo passado em concurso público), assim como as merendeiras que não

recebiam nada, eram mães que se revezavam para garantir a alimentação das crianças. Os utensílios da cozinha eram todos emprestados pelos próprios moradores da área. A merenda que as prefeituras enviaram nunca veio o suficiente e nem de acordo com o pedido. Nunca foi enviado sequer um copo de leite.

As prefeituras foram várias vezes cobradas, mas sempre ficavam choramingando. Nunca conseguiram explicar como anos atrás mantinham uma extensão escolar para atender os filhos dos "funcionários" da fazenda Água Viva, no mesmo local onde os camponeses da área Zé Bentão mantinham sua escola.

E o pior, em outubro o secretário de educação Carlos Vieira e Gelcimar Alves, membro do conselho tutelar, foram até a área "informar" que os alunos passariam a estudar na sede do município, distante dezenas de quilômetros. Não consultaram os pais e mães nem deram nenhuma alternativa. E Gelcimar ameaçou vários pais com a perda da guarda dos filhos caso não concordassem. Depois mentiram ao Ministério Público que todos da área estavam "contentes" e atacaram a professora com diversas acusações sem nenhuma prova, tentando com isso denegrir sua imagem.

Hoje os alunos enfrentam uma viagem cansativa todos os dias pra estudar. Tem casos de crianças que saem de casa as 9:30 da manhã e só retornam as 9 da noite!

Sabemos que por trás dessa ação irresponsável existem interesses eleitoreiros. Porém, mais que isso, tal

decisão segue determinação de órgãos do velho Estado, em especial do Inkra e da ouvidoria agrária. Quanto mais gente desistir de permanecer nas suas terras pelos mais variados motivos, mais fácil fica despejar as famílias.

Mas se acham que tais medidas irão desanimar e impedir os camponeses da área Zé Bentão de seguir em frente estão muito enganados. Eles estão organizados, sabem quais são os seus direitos e vão lutar por eles. 



No AA aprendi que o alcoolismo tem solução!*

Quando eu era adolescente comecei a beber para me divertir. No início, até que eu ficava mais feliz, mas como eu não conseguia parar de beber, a cada gole eu ficava mais desagradável. Era chato para quem estava comigo, mas principalmente pra mim mesma. No dia seguinte, além da ressaca, sofria com o arrependimento e a sensação de que era pior do que os outros.



Quando eu acordava e não lembrava o que tinha acontecido de noite eu pensava: "Pisei na jaca de novo!"

Uma tarde, deixei minha filha bebê com uma vizinha dizendo que iria no mercado e só voltei de madrugada, trocando as pernas. Quando eu não tinha dinheiro, entrava no bar e pedia bebida para qualquer um. Perdia

a noção e falava besteira. Era só eu beber o primeiro gole e não parava mais. Mentia e aprontava todo tipo de armação para conseguir mais bebida e para esconder bebida em casa. Cheguei a beber álcool puro.

Meu marido era muito compreensivo, mas começou a perder a paciência e chegou a pensar em separar. Um dia, tivemos uma longa conversa e prometi nunca mais beber. No dia seguinte, voltando pra casa parei no bar. Quando ele chegou, eu estava tão envergonhada que inventei uma mentira. Disse que depois que eu bebi fiquei arrependida e fui numa reunião do AA – Alcoólicos Anônimos. Ele ficou tão feliz que até esqueceu que eu tinha quebrado a promessa.

No dia seguinte eu tive que procurar o AA mais próximo de casa, porque se meu marido me perguntasse qualquer coisa, eu não saberia dizer. Eu achava que as reuniões do AA eram palestras de autoridades dando conselho. Eu não queria ouvir mais sermão, já tinha ouvido demais durante toda minha vida e nunca tinha resolvido. Pra

minha surpresa, quando cheguei no AA, encontrei pessoas simples, trabalhadores e todos alcoólicos como eu. Não me olhavam com ar de superior. Fui muito bem recebida, pareciam estar realmente felizes com a minha presença. Na reunião, várias pessoas contaram suas histórias, como chegaram no fundo do poço bebendo e como conseguiram se reerguer no AA. Ninguém me forçou a falar.

Comecei a pensar: "Aqui todos são iguais, têm o mesmo problema. E se eles conseguem parar de beber, eu também posso!". Me enchi de esperanças! Passei a frequentar as reuniões toda semana. Antes eu achava que alcoólatra é aquele que bebe todo santo dia. Mas no AA eu descobri que o alcoólatra é aquele que perde o poder para controlar suas doses de bebidas alcoólicas. Você não precisa beber diariamente, mas se você não consegue parar depois que dá o primeiro gole, provavelmente você é um alcoólatra como eu. Quem não é alcoólatra consegue começar a beber quando quer e principalmente parar de beber quando quer.

É muito difícil admitirmos, pois sentimos que não vamos conseguir viver sem beber. O primeiro passo para nossa recuperação é admitirmos que somos impotentes perante o álcool e que perdemos o domínio sobre nossas próprias



vidas. No AA, eu consegui a consciência que sendo uma alcoólatra, eu só consigo viver plenamente, com saúde, com dignidade e sem culpas se eu não der o primeiro gole. No AA eu consigo forças para evitar o primeiro

gole, e dia após dia cheguei a 16 anos de sobriedade! Minha gratidão ao AA não tem fim.

** Depoimento de uma alcoólatra em recuperação ao Jornal RC. Ela não se identificou, porque o anonimato é um dos princípios do AA.*

Causo camponês

Numa tarde, Seu Zé, o Seu Chico e eu juntamos os cachorros e fomos caçar. Não tardou muito, eles farejaram alguma coisa e pararam embaixo dum pé de pau latindo, latindo. De repente aconteceu uma coisa que ninguém esperava: uma paca caiu de cima! Até os cachorros se espantaram e se olharam como se estivessem pensando: "Paca em cima de árvore? Essa é novidade!" Ficamos ali admirados da situação. O Seu Zé falou:

– Se a gente contar, ninguém vai acreditar.

Olhamos na árvore e tinham umas marcas. "Que paca danada! Deixou a marca dos casco", disse o Seu Chico.

Ficamos ali proseando. Escorei no pau, comecei a enrolar um cigarro e tô assuntando. Quando resolvo olhar pra cima, vocês não vão acreditar no que eu vi: era uma onça! Arregalei os olhos dum tanto!

Foi susto pro mês inteiro!

Seu Zé, que gosta duns causos exagerados, ficou com uma pontinha de tristeza por não poder contar a novidade de paca subindo em árvore. E na verdade verdadeira, o que aconteceu foi o seguinte: a onça pegou a paca e quando ela ia almoçá-la, sentiu nossa presença e num pulo só, subiu na árvore e ficou lá de prontidão. Quando os cachorros chegaram ela soltou a paca pra melhor se defender. Conclusão: o mérito da caçada daquela paca não é dos cachorros nem nosso, é da onça.



Não sei, eu acho que foi assim... Mas pode ter sido de outro jeito, quem vai saber?

Festa do dia das crianças une ainda mais os camponeses

“As crianças são sementes do amanhã”, já dizia o poeta. Para homenageá-las as mulheres das áreas Canaã e Raio do Sol se uniram e organizaram uma grande festa.

Estas duas áreas são vizinhas e têm uma longa história de lutas e vitórias em conjunto. Estiveram sempre unidas nas resistências a despejos, na conquista do transporte escolar, nas reformas de estradas e pontes e na luta contra oportunistas. E o povo deve se unir também para se divertir e celebrar. Assim foi o Dia das Crianças: um dia de alegria que estreitou mais ainda os laços de amizade entre os camponeses.

Ao todo participaram mais de 200 pessoas, entre adultos e crianças, das áreas e visitantes. Teve almoço, bolo, refrigerante gelado, balas, pirulitos, desenho animado,

música, presentes e brincadeiras. As crianças subiram no pau-de-sebo, pularam corda e jogaram futebol. Disputaram corrida de saco, corrida com coco na colher, dança da cadeira e cabo de guerra. O barracão estava todo decorado com bandeirinhas, flores e balões e em volta, estava tudo limpo e cheio de bancos nas sombras das árvores.

A comissão de mulheres que organizou a festa apresentou uma pequena homenagem às crianças e agradeceu a presença e a colaboração de todos. Uma camponesa e algumas crianças fizeram uma



Acima: fila das crianças para brincadeiras.

.....
apresentação teatral que alertava os pais para terem uma boa relação com seus filhos. Duas igrejas fizeram orações.

Outro ponto forte da festa foi a homenagem a um líder do Raio do Sol que estava de mudança para ajudar a luta dos camponeses de outra área. Foi lido um pequeno texto que resumia seu trabalho, exemplo de liderança: sem arrogância, justo, que se preocupa com todos, firme e combativo. Ele

recebeu presentes em nome de todos moradores. A festa terminou com um animado forró, que durou pouco, para tristeza geral.

Uma grande festa precisa de grandes preparativos

Esta grande festa só foi possível com a organização das mulheres e o apoio dos camponeses, fazendeiros vizinhos e pequenos comerciantes. Um mês antes, foi criada uma comissão de 20 mulheres das duas áreas. Elas fizeram 4 reuniões, onde decidiram como seria a festa, fizeram ajustes e avaliaram. Tudo foi definido democraticamente, pela decisão da maioria. Formaram comissões do almoço, do bolo, de arrecadação nas linhas e na cidade, de decoração e de brincadeiras. Assim as tarefas não pesaram só para algumas.

Os moradores contribuíram com 5 reais e algum ingrediente pro almoço ou pro bolo. O refrigerante foi gelado nos refrigeradores de 3 fazendeiros vizinhos. Conseguimos emprestado entre os camponeses o motor que gerou energia, a caixa de som, TV e DVD, um refrigerador, uma Kombi, uma caminhonete, dois carros e várias motos que transportaram as companheiras de um lado pro outro, além de mercadorias e objetos de todo tipo.



Acima: comissões de mulheres responsáveis pelo almoço e pelo bolo.
Ao lado: crianças e jovens ajudando a preparar o almoço.

.....
não fizeram tudo sozinhas. Homens e crianças também ajudaram em várias tarefas, desde a arrecadação e o transporte, até a limpeza do local da festa, a construção da cozinha e o abastecimento de água e lenha. Ao todo, mais de 100 pessoas fizeram algum serviço que ajudou na realização da festa.

Um camponês dono de um boteco próximo do barracão concordou em não vender bebida alcoólica no dia da festa. E cinco companheiros se organizaram numa comissão de segurança para apartar qualquer briga ou outro problema que surgisse. Felizmente eles não tiveram nenhum trabalho.

Nas cidades foram arrecadados mais alguns ingredientes, brinquedos e um pouco de dinheiro. O dono da empresa que faz o transporte escolar nas áreas cedeu o ônibus que conduziu os moradores para a festa. Como era de se esperar, não conseguimos muita coisa com os politiquinhos, que só sabem prometer. Quem mais ajudou foram os comerciantes, principalmente os pequenos, como os camelôs das feiras de Jarú e Ariquemes. Ao todo foi arrecadado quase R\$600,00, usado para comprar os brinquedos e ingredientes que faltaram.

Apesar da festa ter sido organizada pelas mulheres, elas

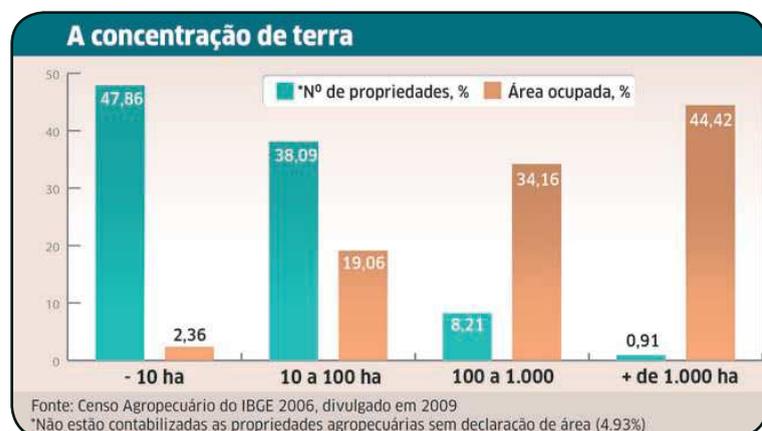
É mais uma prova de que o povo unido e organizado pode resolver todos seus problemas e necessidades, desde uma festa, até uma luta por tomada de terra!

Mulheres e homens do povo ombro a ombro

Sempre que as mulheres se organizam, sente-se um desconforto no ar: "O que estas mulheres vão aprontar? Será que elas vão falar mal dos maridos, vão fofocar sobre a vida dos outros?" Mas ninguém se preocupa quando os homens se juntam. É o machismo, tão presente no nosso dia-a-dia e que temos que combater.

A cada tarefa que as elas dirigem, vão provando que não são inferiores aos homens e que também são capazes. As mulheres não querem ser mais nem menos que os homens. Querem estar lado a lado deles, na vida, no trabalho e na luta.

A luta camponesa se prepara para entrar numa nova etapa



Lula aumentou a concentração de terras

Antes de ser eleito presidente Luís Inácio/PT prometeu por mais de vinte anos que se pudesse mudar uma única coisa no Brasil, esta seria fazer uma reforma agrária radical. Já no início de seu mandato elaborou um plano de assentar um milhão de famílias, apresentado com muita propaganda. Mas que não passou de pura demagogia para enganar os camponeses, pois sequer previa de onde sairia o orçamento para atingir tais metas.

Contou ainda com a cumplicidade da Contag e MST que além de não questionar essa enganação, abandonaram as mobilizações e tomadas de terra dizendo que o momento era de apoiar Lula e que era preciso ter paciência e esperar pela reforma agrária do governo. Lula afirmou que no país havia espaço para o agronegócio e a agricultura familiar, mas na prática financiou o primeiro com bilhões e a segunda com cortes de gastos. Promoveu latifundiários e usineiros escravocratas a heróis nacionais e transformou

camponeses pobres em bandidos e criminosos. O resultado foi que entre 2003 e 2010 assentou apenas 154 mil famílias, um número menor do que o realizado nos oito anos da gerência de FHC, que Lula tanto acusou de não ter vontade política de realizar a reforma agrária.

Para tentar desmobilizar os camponeses em luta em algumas regiões do país, principalmente no nordeste, a gerência Lula utilizou programas assistencialistas como bolsa escola e bolsa família. Porém as massas camponesas seguiram lutando, apesar de todo empenho do oportunismo no

gerenciamento do Estado e das campanhas de difamação e satanização movidas pelos monopólios de comunicação.

A criminalização e perseguição ao movimento camponês mais combativo foi o centro da política agrária de Lula através da "operação paz no campo" que prendeu, torturou e despejou camponeses, como ocorreu no sul do Pará na ocupação da fazenda Forkilha, em 2007. Isso incentivou ainda mais os latifundiários de todo o país a utilizarem bandos armados para perseguir e assassinar trabalhadores impunemente.

Dilma quer enterrar de vez a questão agrária

Já no início da gerência de Dilma Roussef podemos ver que a situação dos camponeses ficará ainda pior. Em sua campanha eleitoral nem para enganar falou da questão agrária, pois trata disso como algo resolvido. Já em seu discurso de posse disse que quem quiser terra terá de comprar, pois não permitirá mais ocupações. Deixou claro também que o caminho do Brasil é seguir exportando matéria prima barata e que seguirá aplicando a política criminosa de financiar com bilhões o agronegócio. Já para o povo foi anunciado o corte de 50 bilhões de reais dos gastos públicos, dentre eles os destinados a reforma agrária.

Para enquadrar ainda mais o MST Dilma retirou o comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário das mãos do MST e colocou um burocrata qualquer, demonstrando seu total desprezo pelos camponeses.

O episódio do assassinato de um casal de ativistas camponeses no Pará, no início deste ano teve grande repercussão e obrigou o Estado a tomar medidas para dar resposta à opinião pública nacional e internacional, porém, só de fachada.

Os assassinatos, perseguições e prisões de camponeses e demais trabalhadores acontece todos os dias em nosso país.

A crise do MST e sua capitulação vergonhosa

A direção do MST se encontra numa encruzilhada. Para manter sua estrutura antes financiada pelo Estado e não perder suas bases mais radicalizadas terá de retomar as mobilizações ainda que seja só para fazer propaganda e logo sair das terras. Mas ao fazerem isso encontrarão resistência



Enquanto colocava o boné do MST, Lula perseguia e criminalizava o movimento camponês combativo.

dos camponeses que cada vez menos aceitam sua linha reformista e oportunista de ocupar em beiras de estradas e fazer acampamentos relâmpagos para pressionar o INCRA a negociar. Os camponeses querem cortar a terra o mais rápido possível para plantar e sustentar suas famílias.

A crise no MST é grande e aponta para sua completa capitulação frente dificuldades da luta e a reação. Em janeiro de 2010, seu principal dirigente João Pedro Stédile, deu uma entrevista ao jornal Zero Hora de Porto Alegre/RS decretando o fim das ocupações como tática e a necessidade de novas alianças para o movimento. Segundo ele, as ocupações de terra não interessam mais porque não somam aliados como antes.

O mesmo Stédile em entrevista na revista Carta Capital de julho deste ano conclamou o movimento a: "lutar por um novo tipo de reforma agrária chamado por ele de reforma agrária popular, baseado na produção de alimentos sem agrotóxicos e na implantação de agroindústrias e democratização do ensino nas áreas de assentamento".

Por trás do novo discurso de Stédile vemos sua velha prática reformista de negar a principal contradição em nosso país, a que opõe milhões de camponeses pobres sem terra a um punhado de latifundiários de velho e de novo tipo (agronegócio) que detém uma das maiores concentrações de terra do mundo. Defende que não é necessário destruir o sistema latifundiário, apenas melhorar a qualidade técnica da produção nos assentamentos já existentes. O MST trata o agronegócio e a agricultura familiar como opostos, mas na verdade são apenas dois lados de uma mesma moeda, que é o sistema latifundiário numa semicolônia como o Brasil.

A estrutura fundiária existente em nosso país há mais de 500 anos, jamais sofreu alteração e segue nos dias de hoje aumentando a concentração de terras com o agronegócio. Uma verdadeira transformação no campo só pode ser realizada pelos camponeses pobres em aliança com os operários e demais classes trabalhadoras da cidade, pois atinge diretamente os interesses dos grandes latifundiários, da grande burguesia e das potências imperialistas que dominam o Brasil, principalmente os Estados Unidos. Esta mudança jamais poderá ser obra das classes dominantes e seus gerentes de turno. Basta ver como ao longo de nossa história o Estado brasileiro tratou a ferro e fogo os levantes camponeses e outras revoltas populares que ameaçavam as classes dominantes e seu poder. Assim como hoje se preparam para reprimir o crescimento da luta do povo

trabalhador em especial a luta camponesa combativa.

Elevar a propaganda e agitação da Revolução Agrária

O que todos estes oportunistas não contam é que as massas camponesas podem azedar seus projetos e estarão cada vez mais dispostas a se mobilizar quanto mais se aprofundar a crise econômica. Diante do aprofundamento da crise política, econômica, moral e social do velho Estado brasileiro, da falência da chamada "reforma agrária do governo" e da capitulação completa da direção do MST o movimento camponês combativo deve elevar ainda mais alto a bandeira da Revolução Agrária. Intensificar a mobilização e organização dos camponeses pobres para tomar as terras do latifúndio, cortar por conta e entregar as terras, defender sua posse e estabelecer Assembleias Populares exercendo a verdadeira democracia, onde os camponeses decidam todos os dias sobre todas as questões de suas vidas nas áreas onde vivem e trabalham. É a verdadeira democracia contrapondo a falsa democracia burguesa com suas eleições podres e corruptas em que o povo é chamado a participar apenas em um dia, de dois em dois anos, para escolher aqueles que usarão o chicote contra o povo, entregarão nossas riquezas para o saque estrangeiro e roubarão os cofres públicos.



Com Dilma a situação dos camponeses ficou ainda pior.

Somente com a destruição completa do latifúndio em todo o país, ainda que isso se dê parte por parte do território,

distribuindo as terras aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, estabelecendo novas relações de produção baseadas na cooperação e exercendo o poder político nas áreas tomadas é que poderemos romper com o principal elo de dominação que oprime nosso povo e mantém a nação subjugada aos países imperialistas. Só a Revolução Agrária como primeira etapa da Revolução de Nova Democracia poderá salvar o país da ruína e libertar nosso povo da exploração e opressão.



População de Buritis se levanta contra perseguições do Ibama

Em julho, uma operação do Ibama e da Força Nacional de Segurança apreendeu 2 caminhões carregados de madeira, em Buritis. A extração de madeira é a principal atividade econômica da região, gerando centenas de empregos. Durante três dias madeireiros, trabalhadores das serrarias, comerciantes e a população em geral fecharam as estradas que dão acesso ao município, exigindo o fim da operação e liberação dos caminhões e das cargas. Os comerciantes também fecharam as portas em apoio ao protesto. Diante da pressão do povo o Ibama suspendeu a operação temporariamente.

Em setembro, outras operações de repressão foram realizadas culminando no fechamento de dezenas de serrarias e madeireiras na região, gerando enorme prejuízo à economia local e impedindo o povo de trabalhar.

Diante destas operações de perseguição aos trabalhadores as populações de Rio Pardo, Buritis, Jacinópolis, Cujubim, Machadinho, Jaci-Paraná, Nova Califórnia, Extrema, Minas Novas e União Bandeirantes têm protagonizado protestos radicalizados nos últimos anos.

O povo tem o direito de trabalhar

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, camponeses de diversas regiões do país foram incentivados pelo gerenciamento militar fascista a se fixarem na Amazônia. O país precisava de nova fronteira agrícola e somente os camponeses estavam dispostos a desbravar a região, amansando a selva com suas feras e doenças tropicais e outras dificuldades. O Estado então incentivou o desmatamento, inclusive com financiamentos. Todos se lembram de como era a política na época: quem não desmatasse perdia o lote.

Este foi o período que os grandes latifundiários mais grilaram terras da Amazônia, seja através de maracutaia com o INCRA, massacres de povos indígenas ou expulsão de camponeses. E desmataram milhares de hectares para formação de pastagens.

Entretanto, os imperialistas, principalmente os Estados Unidos e países europeus, precisavam garantir novas fontes de matérias primas que tem em abundância na Amazônia, como minérios de todos os tipos, madeira, água, etc. Iniciaram então o discurso da Amazônia como "patrimônio da humanidade", "pulmão do mundo" e da necessidade de "internacionalizá-la".

Afinados como sempre foram com os interesses dos países imperialistas, os gerentes de turno do velho Estado brasileiro, principalmente a partir de FHC e Lula, acentuaram a criminalização dos camponeses pobres e médios da Amazônia como "criminosos ambientais" e "desmatadores". Tudo acompanhado do discurso dum suposto "aquecimento global" e "desenvolvimento sustentável", tentando justificar como se as operações do Ibama e Sedam e outros órgãos repressivos fossem em defesa do meio ambiente.



As duas propostas contra o povo

O deputado Moreira Mendes e outros latifundiários, tentando ludibriar os camponeses começaram a dizer que a aprovação do novo código florestal era de "grande importância para os agricultores". Este projeto, cujo relator é o deputado Aldo Rebelo

do corrupto PCdoB de Renato Rabelo, na realidade defende o interesse dos grandes latifundiários, garantindo o perdão de suas multas milionárias e a derrubada de novas áreas. Prova disso foi a facilidade com que o projeto foi aprovado na câmara dos deputados.

Para os camponeses nada muda. A gerente Dilma já anunciou a criação duma "tropa de elite verde", como se não bastasse os órgãos repressivos que já existem. A repressão do Ibama/Sedam só atinge os camponeses pobres e médios e pequenos madeireiros.

Os latifundiários sempre ficam a salvo.

Para desmascarar a enganação do discurso de "desenvolvimento sustentável" basta ver a total miséria dos camponeses pobres onde foram implementadas as políticas das ONGs ambientalistas, que só permitem a produção extrativista. O estado do Acre, que é um grande modelo para o PT, depende totalmente de outros estados, inclusive alimentos básicos como arroz, feijão e milho, pois os camponeses são proibidos de produzir nas terras.

As derrubadas e queimadas feitas pelos camponeses para tirar o seu sustento são "crime ambiental". Os milhares de hectares derrubados pelos latifundiários ou as imensas áreas alagadas pelas usinas de Jirau e Santo Antônio são "progresso" e "desenvolvimento". As grandes madeireiras também têm todas as facilidades para obtenção de planos de manejo, como é o caso da licitação da Floresta Nacional do Jamari, em que oito grandes madeireiras nacionais e estrangeiras estão inscritas para explorar suas riquezas por 60 anos. Tudo com a benção das ONGs ambientalistas, Sedam, Ibama e do gerenciamento petista.



População fecha as entradas de Buritis em protesto contra o Ibama.